

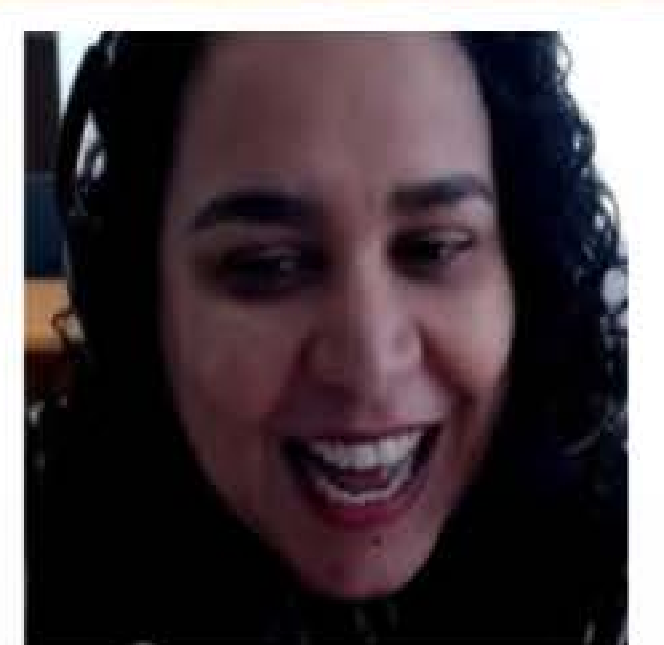


MOMENTOS DA LIVE

PROTEÇÃO DE DADOS DO CONSUMIDOR E DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Apresentação do parecer jurídico e debate com especialistas formaram a programação da live da Abraceel!

Você vê momentos desse encontro nas fotos a seguir!



23 A 27 DE OUTUBRO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!
Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

03

Planejamento Estratégico: com recorde de público, associadas se reúnem em Brasília para definir prioridades da Abraceel. Veja como foi!

08

Governo lista abertura do mercado de energia elétrica como alavanca para reduzir Custo Brasil

10

Com CADE e Aneel, live da Abraceel ressalta cuidados com dados dos consumidores e defesa da concorrência

16

Problemas na migração: Superintendências da Aneel buscam simplificação e padronização e apontam possibilidade de denúncia anônima

19

CCEE detalha projetos de tecnologia previstos na proposta orçamentária de 2024

24

Fim da Cpamp: Grupo Técnico discute proposta de nova governança institucional dos modelos computacionais

27

Abraceel na Mídia

28

Curtas

33

E o Congresso?

35

Próxima Semana

Planejamento Estratégico: com recorde de público, associadas se reúnem em Brasília para definir prioridades da Abraceel. Veja como foi!

Matéria em 1 minuto:

- Com pouco mais de 100 participantes de 59 empresas associadas, evento conta com participação do Congresso Nacional, MME, Aneel e CCEE nas discussões que antecederam a definição das bandeiras e metas da Associação;
- Fernando Colli (MME) questiona subsídios e custos na CDE, demonstra “convicção” na abertura do mercado, vista como política pública pela pasta, mas ressalta que migração não deve deixar custos para mercado regulado;
- Fernando Filho (União-PE) diz que Poder Legislativo espera proposta do governo federal para remodelar setor elétrico, mas cobra celeridade;
- Alessandro Cantarino (Aneel) aponta prioridades do regulador, sinaliza que objetivo é concluir ainda este ano a consulta pública para aperfeiçoar comercialização varejista e aposta em mais comunicação, regulação e fiscalização para contornar problemas na migração.

A Abraceel realizou a edição de 2023 do Encontro de Planejamento Estratégico em Brasília, nos dias 26 e 27.10, para definir bandeiras e metas para orientar o trabalho da Associação nos próximos anos. O evento, que contou com a presença de pouco mais de 100 pessoas de 59 empresas diferentes nos dois dias, contou com três importantes momentos.

O primeiro foi marcado por apresentações e debates para oferecer às associadas um panorama do cenário regulatório e político da agenda do mercado de energia, além da visão de mercados internacionais e da evolução das metas definidas no ano anterior. Os dois seguintes envolveram discussões e trabalhos em grupo para definição das metas e coquetel de confraternização e relacionamento.

Poder Executivo: há convicção do MME na abertura do mercado, mas de forma sustentável

Fernando Colli, Secretário Executivo-Adjunto do MME, apresentou ações prioritárias conduzidas pelo ministério. A nota técnica que trará as condições para a renovação das concessões vincen-

das de distribuição de energia, em fase de avaliação no Ministério da Casa Civil, deve incluir diretriz para o conceito de open energy, permitindo o compartilhamento de dados mediante consentimento do consumidor, conforme proposto pela Abraceel.

O MME também estuda formas de reduzir subsídios e orçamento da CDE. A visão ministerial é que há subsídios que não fazem mais sentido. Assim, há ações já em andamento para reduzir o custo da CCC na CDE, atuando nos principais sistemas isolados com obras de interligação e de transformação de usinas térmicas a óleo diesel em plantas híbridas. Colli frisou que o custeio do subsídio à MMGD, geralmente voltado aos consumidores de melhor renda, já é superior ao da tarifa social, voltado aos mais pobres, e que os recursos poderiam ser mais bem utilizados caso aplicados no atendimento de 500 mil famílias ainda sem acesso à eletricidade.

Outro tema de impacto no mercado, em análise no MME, é o estudo para reequilibrar, entre consumidores de mercados diferentes, como ACL, autoprodução e MMGD, os custos que recaem sobre o ACR. O executivo ressaltou que “o MME acredita fielmente no conceito de abertura de mercado”, em um ambiente em que comercializadores e geradores buscam produzir e comercializar a preços mais eficientes e os consumidores compram a preços mais baixos, mas que é preciso ter dois cuidados.

O primeiro é evitar que, na transição da abertura do mercado para o Grupo B, a migração deixe custos para quem permanecer no ACR, tema que precisa de alteração legislativa para extinguir, por exemplo, o desconto da tarifa de fio para consumidores que compram energia incentivada. O segundo é evitar que os custos de contratos legados firmados no ACR, sobretudo de geração térmica, sejam pagos somente por uma base de consumidores remanescentes cada vez menor no ACR.

Segundo Colli, ainda não há definição se as mudanças serão endereçadas via Projeto de Lei ou Medida Provisória e o Presidente-Executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, pediu que o governo abra consulta pública e aproveite a experiência dos agentes do mercado para aprimorar a proposta que está em construção.

Congresso Nacional espera proposta do Poder Executivo “ainda este ano”

O deputado federal Fernando Filho (União-PE), relator do PL 414/2021, defendeu que os múltiplos segmentos do setor elétrico tenham visão mais sistêmicas do que precisa ser alterado no modelo setorial, em substituição a estratégias individualistas que, apesar de legítimas, prejudicam a solução aos desafios persistentes. O Congresso Nacional, disse o parlamentar, sinaliza que está disposto a esperar o MME apresentar um projeto próprio para modernizar o modelo setorial e a dialogar, mas que há expectativa que isso ocorra rapidamente, ainda este ano, pois “o importante é destravar” a pauta e evitar que novos problemas surjam sem que haja encaminhamento daqueles já bastante conhecidos e que já têm solução mapeada.

Mário Menel, Presidente do Fase, lamentou a dificuldade de obter consensos em um setor com interesses que são muitas vezes conflitantes e alertou que é importante que o MME tenha cuidado ao buscar um modelo para reequilibrar custos, lembrado de experiências passadas que deixaram passivos bilionários.

Problemas na migração: Aneel aposta em comunicação, regulação e fiscalização

Alessandro Cantarino, Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração e do Mercado (SGM), informou que CP 28/2023, em fase de análise das contribuições feitas pelos agentes do mercado, deve ser concluída este ano, mas é possível que haja uma segunda fase no ano que vem para endereçar questões remanescentes. Para reduzir as dificuldades enfrentadas pelos consumidores que decidem migrar para o mercado livre, conforme casos identificados pela Abraceel, Cantarino explicou que a Aneel trabalha em três frentes: comunicar melhor o que pode e não pode ser feito, aperfeiçoar a regulação onde for necessário e atuar com fiscalização onde for preciso.

Marco Delgado, conselheiro da CCEE, explicou a importância dos projetos de tecnologia propostos pela Câmara previstos na proposta orçamentária de 2024, cujo objetivo é aumentar a proteção contra ataques cibernéticos e o tempo de resposta de restabelecimento, elevar a capacidade de processamento dos sistemas e ampliar o acesso a informações e operações pelos agentes do mercado, entre outros, frisando que tudo isso será essencial para as iniciativas de abertura e monitoramento do mercado.

No último bloco de palestras, Alexandre Viana (Thymos Energia) apresentou os fatos mais relevantes do mercado de energia do Texas, sugerindo, para reflexão, propostas que poderiam ser aproveitadas no Brasil; Frederico Rodrigues (Abraceel) explicou o panorama das bandeiras e metas atuais da Associação; e Alexandre Lopes (Abraceel) expôs versão preliminar de um estudo que avalia os custos dos contratos legados do mercado regulado.



Agenda do Mercado terá quatro bandeiras, as mesmas de 2023

A Abraceel contará com quatro bandeiras em 2024, sem alteração em relação às definidas em 2023:

- 1. Abertura e crescimento do mercado**
- 2. Segurança e sustentabilidade do mercado**
- 3. Formação de preço**
- 4. Eficiência e inovação do mercado**

As bandeiras foram aprovadas no Encontro de Planejamento Estratégico realizado nos dias 26 e 27.10, em Brasília. O encontro contou com pouco mais de 100 pessoas de 59 empresas diferentes.

A definição ocorreu após amplo debate entre as empresas associadas, em processo dinâmico interativo conduzido por Donato Filho (Volt Robotics), que estimulou as associadas a refletirem sobre as necessidades do mercado de energia.

Houve ainda debate a respeito da função das bandeiras, cujo principal objetivo é comunicar facilmente os eixos prioritários da Abraceel ao mercado, incluindo instituições da governança setorial, associações de classe e agentes do mercado.

Em seguida à definição das bandeiras, as associadas votaram as metas para cada bandeira. A partir dessa definição, as metas serão consolidadas, enviadas às associadas para revisão e, finalmente, ratificadas em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Governo lista abertura do mercado de energia elétrica como alavanca para reduzir Custo Brasil

Matéria em 1 minuto:

- Iniciativa para reduzir encargos na tarifa de energia foi indicada como um projeto a ser executado sob coordenação do CNDI, instância do MDIC;
- Ações para avançar na abertura dos mercados de eletricidade e gás natural, sob coordenação de outros ministérios ou órgãos, entraram no monitoramento do MDIC;
- Abraceel interagiu com autoridades do ministério diversas vezes para explicar estudos demonstrando o impacto do mercado livre na redução das tarifas e preços aos consumidores.



O Governo Federal, sob liderança do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e participação de 19 Ministérios, além do BNDES e Finep, listou projetos prioritários para reduzir o Custo Brasil, expressão utilizada para explicar fatores internos que penalizam empresas brasileiras, com custos mais altos para produzir, em comparação aos competidores internacionais.

Na lista, há 17 projetos a serem executados e outros 24 a serem monitorados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) para buscar solução aos problemas identificados por um grupo de trabalho. Três deles estão diretamente conectados à agenda de trabalho da Abraceel – revisão de encargos e abertura efetiva de mercados de eletricidade e gás natural. É a primeira vez que esses temas constam na agenda transversal do atual governo.

Execução e monitoramento - Os projetos a serem executados serão conduzidos por um grupo de trabalho formado no âmbito do CNDI. Já os que vão ser monitorados estão sob responsabilidade de outros colegiados ou frentes interministeriais no governo federal.

O CNDI é uma instância federal interministerial para tratar de medidas estruturantes para o aprimoramento das políticas industriais e de desenvolvimento no país. É formado por 20 ministros, além do presidente do BNDES, e 21 conselheiros representantes da sociedade civil.

Desde o início do ano, a Abraceel interagiu com autoridades do MDIC em diversas ocasiões, bem como de outros Ministérios envolvidos na iniciativa, e contribuiu para o entendimento do impacto do aumento da concorrência e da abertura efetiva dos mercados de energia elétrica, gás natural e etanol na redução do custo Brasil, oferecendo análises e propostas.

Esse esforço da Abraceel está refletido no documento divulgado pelo MDIC, que listou um projeto para reduzir o impacto dos encargos na tarifa de energia elétrica e dois projetos para aumentar o nível de abertura e concorrência em mercados energéticos. Confira abaixo os projetos do setor de energia a serem executados ou monitorados pelo CNDI.

Conheça as ações de interesse da Abraceel no programa de redução do Custo Brasil

Execução: Racionalizar os encargos setoriais incidentes sobre a tarifa de energia elétrica

Os encargos setoriais representam hoje cerca de 13,7% da tarifa de energia elétrica, mais importante do que isso, apresentam comportamento crescente: entre 2017 e 2022, os gastos reais da CDE apresentaram aumento de cerca de 57%, representando R\$ 32 bilhões no último ano.

Monitoramento: Aprimorar marco regulatório do setor elétrico, assegurando a expansão do mercado livre

Restrições à figura do consumidor livre criam barreiras à concorrência no setor e à possibilidade de redução de custos por parte das empresas. A matéria desta edição que relata as declarações do Fernando Colli, Secretário Executivo-Adjunto do MME, durante o Planejamento Estratégico da Abraceel, mostra que o governo está empenhado em remover essas restrições, além de introduzir outras medidas com vistas à eficiência econômica do setor elétrico.

Monitoramento: Trabalhar na harmonização da regulação estadual no setor de gás natural

No âmbito das regulações estaduais, há uma série de restrições à figura do consumidor livre, que impõem barreiras para que as empresas possam minimizar custos referentes à aquisição de gás natural.

Acesse a [lista completa](#) de projetos a serem executados e monitorados pelo CNDI para reduzir o custo Brasil.

Com CADE e Aneel, live da Abraceel ressalta cuidados com dados dos consumidores e defesa da concorrência

Matéria em 1 minuto:

- Para mais de 170 participantes, Abraceel explica a fase de expansão do mercado livre de energia elétrica e coloca a regularidade do uso de dados do consumidor no radar das autoridades regulatórias e de defesa da concorrência;

- Camila Alves (Julião Coelho Advogados) reforça que LGPD abrange também o uso dos dados pessoas jurídicas e que o compartilhamento de informações entre distribuidoras e comercializadoras do mesmo grupo econômico sem consentimento do consumidor pode ensejar penalidades;

- Presidente do CADE explica em quais situações o uso dos dados pode configurar prática ilegal e Diretor da Abradee esclarece visão das distribuidoras sobre esse assunto.



A Abraceel realizou, no dia 23.10, o evento Proteção de Dados do Consumidor e Defesa da Concorrência, exclusivo para as associadas, com a presença de mais de 170 pessoas. Além de Rodrigo Ferreira (Abraceel), participaram também Camila Alves, especialista do Julião Coelho Advogados; Alexandre Cordeiro Macedo, Presidente do CADE; Maria Luiza Ferreira Caldwell, Superintendente de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado da Aneel; André Ruelli, Superintendente de Mediação Administrativa e das Relações de Consumo da Aneel; e Ricardo Brandão, Diretor Executivo de Regulação da Abradee. Veja, a seguir, destaques da fala dos participantes.

Rodrigo Ferreira: Há problemas no acesso aos dados de consumidores, que afetam a concorrência

A próxima fase da abertura do mercado de energia já entrará no mercado de varejo, com mais consumidores de menor porte, em que a manutenção da concorrência é fundamental. O mercado livre trabalha com mais de 37 mil unidades consumidoras, é um ambiente competitivo, mas isso muda quando vamos para mercado de menor porte. Parte dessa discussão envolve os dados do consumidor. No século XXI, dados são sinônimo de riqueza. Quem tem os dados do cliente tem vantagem. Temos recebido relatos de problemas envolvendo o acesso aos dados desses consumidores de menor porte. No mercado, os dados são mantidos pelas distribuidoras. Empresas do mesmo grupo econômico daquela que detém os dados do consumidor também participam do mercado concorrencial. Então, é preciso atenção. Queremos que todos possam desfrutar de um ambiente saudável e correto.

Camila Alves: Código Civil estende direitos de proteção de dados às empresas

Consultados pela Abraceel sobre o alcance da LGPD no mercado de energia elétrica, se os comercializadores do mesmo grupo econômico das distribuidoras poderiam acessar os dados dos consumidores para formular propostas mais direcionadas, fizemos análise objetiva olhando a Resolução 1.000/2021, para ver quais são as balizas que a Aneel coloca às distribuidoras. Lá, está explicado que os dados pessoais do consumidor serão coletados, armazenados, tratados, transferidos e utilizados exclusivamente nos termos da LGPD. A lei aborda dados da pessoa natural, a pessoa física. Se formos fazer uma leitura fria da lei, poderíamos, em um primeiro momento, entender que essa proteção só diz respeito aos consumidores residenciais, e não às pessoas jurídicas.

Ao contrário, entendemos que essa proteção é estendida também à pessoa jurídica, pois há previsão no Código Civil, segundo o qual é aplicável às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade. Não é apenas uma ampliação por analogia. O direito à privacidade consta como direito fundamental na Constituição. E a Resolução 1.000 prevê que as distribuidoras devem adotar o princípio da transparência. Para usar os dados, entre empresas do mesmo grupo, deveria haver consentimento do consumidor. Caso contrário, pode ser configurado como infração, mesmo que não haja intenção de infringir.

Alexandre Cordeiro: CADE busca preservar a concorrência e está à disposição do setor elétrico

O CADE atua de três formas: repressiva (combate a cartéis e outros comportamentos prejudiciais à concorrência), preventiva (avaliação de fusões e aquisições, por exemplo) e advocacy (propondo ajustes para evitar práticas contra a concorrência). Ter vantagem competitiva nem sempre é um problema concorrencial. Pode ser que a empresa seja mais eficiente, coletou dados de tal maneira que só a empresa os tem, ou por conta da atividade principal dela, que não seria obrigada a compartilhar esses dados. Mas, se o dado for essencial para a atividade dos concorrentes, se na posse desse dado a empresa fecha o mercado completamente ou obtém vantagem competitiva, isso pode ensejar decisão para que o dado seja acessível. Assim, destacou que o CADE tem a finalidade de orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico e se colocou à disposição do mercado de energia elétrica.

Rodrigo Ferreira: Consumidores têm receio ou podem não ter incentivos de expor casos

Há milhares de denúncias sobre MMGD na Aneel. Já a Abraceel adotou outra estratégia. Juntou informações de vários casos para, de forma estruturada, tentar construir solução com Aneel e Abradee. O que a Abraceel tem recebido das empresas associadas é que quando o consumidor está sendo beneficiado, com prazo ou preço menor para migrar para o mercado livre, esse consumidor pode não ter incentivo para denunciar uma prática de abuso de poder econômico e uso indevido dos dados. E, em outros casos, o consumidor tem receio de retaliação da distribuidora, que é a empresa que oferece e vai continuar oferecendo o serviço de rede para ele, pois é um monopólio natural. O receio ganha relevância quanto maior for o porte do consumidor. Então, é preciso encontrar formas de dar conhecimento à Aneel desses casos problemáticos, mas respeitando o desejo do consumidor de permanecer em sigilo.

André Ruelli: Abraceel está no caminho certo, buscando soluções estruturais

A Aneel é a casa da transparência e com transparência resolvemos muitos problemas. O consumidor, quando se sente prejudicado no processo de migração, pode procurar a Aneel pelos nossos canais. Nos últimos 12 meses, registramos 17 mil reclamações de MMGD. Temos 30 analistas que atuam na análise de mérito

desses casos e estamos sobrecarregados. Temos de trabalhar de forma inteligente e a Abraceel está no caminho correto, enfrentando os problemas no atacado (casos concretos do FaleAqui!). Esse trabalho da Abraceel é crucial, podemos pensar um processo para receber essas reclamações, por meio das comercializadoras, preservando os dados dos consumidores, pois a fiscalização tem ferramentas para tratar isso. Basta uma única reclamação sobre uso indevido de dados dos consumidores que a fiscalização da Aneel pode atuar. Nossa mentalidade é que não devemos proteger só o indivíduo (reclamante), mas a espécie (todo o mercado).

Maria Luiza Ferreira: fiscalização atuará independentemente da quantidade de casos

As práticas anticoncorrenciais trazem muitos prejuízos. As reclamações e o mapeamento da Abraceel (FaleAqui!) são valiosos. Esse levantamento, em bloco, contribui com o trabalho da Aneel. A atuação com base nas informações dos casos concretos que recebemos está conectada ao poder legal da Aneel, de monitorar e fiscalizar. A fiscalização tem de atuar, a despeito da quantidade de casos. Reduzir a assimetria de informação é a chave para resolver esses casos.

Ricardo Brandão: empresas têm governança elevada, capital aberto e políticas rígidas

As distribuidoras não podem disponibilizar os dados dos consumidores para outras empresas do mesmo grupo econômico, nem ao mercado livre nem à geração distribuída. As empresas têm elevado grau de governança corporativa, capital aberto, regras e políticas rígidas. Por isso, não podemos pressupor que essas empresas vão ter, como política, descumprir a LGPD com vistas a ganhar mercado no ACL. Uma distribuidora não pode ser caracterizada como competidora porque, de fato, ela não compete. Quem pode ser caracterizada assim é a comercializadora. Mas não temos relato de que a comercializadora tenha feito algo de abuso de poder econômico. Os dados em poder das distribuidoras não são um dado essencial, sem o qual ninguém consegue migrar. Não é o caso. Já temos mais de 12 mil empresas no mercado livre, ao longo de 25 anos, compreendendo mais de 35 mil unidades consumidoras. Esses consumidores migraram com dados que o consumidor detém e passou para essas comercializadoras, então não posso dizer que esse dado é essencial.

Ricardo Brandão: se houver casos de uso indevido de dados, Aneel deve atuar

É possível dar um passo adicional, na direção do open energy, mas esse é outro grau de compartilhamento de dados. Não é possível olhar essa questão somente com a defesa da concorrência em mente. Não se descarta que, nos processos de migração, falhas com o compartilhamento indevido de dados do consumidor possam acontecer, mas ainda não as encontramos. Se uma comercializadora do grupo econômico da distribuidora consegue oferecer prazo menor para a migração de um cliente (em comparação a outras comercializadoras), a Aneel deve atuar. A Aneel consegue até fazer fiscalização remota dos sistemas comerciais. Por isso, a comercializadora da distribuidora não vai pegar um cliente que está numa posição mais atrás e colocá-lo na frente, porque isso fica na trilha disponível para fiscalização da Aneel. Se o consumidor for demandado a fazer uma adequação de determinado custo com uma comercializadora, mas fica dispensável desses gastos com a comercializadora do grupo da distribuidora, isso se configura como caso para fiscalização da Aneel.

Ricardo Brandão: open energy não significa oferecer dados de medição de graça

Nós só queremos pautar o debate em duas coisas: o dado em si e o serviço. O serviço de medição da distribuidora deve ser cobrado. O open energy não significa disponibilizar o dado de medição de graça. Mas a forma como esse dado vai ser disponibilizado deve partir de um debate transparente conduzido pelo regulador, com avaliação de impacto regulatório, considerando não somente os aspectos relativos à concorrência, mas também outros elementos. Estamos trabalhando na autorregulação quanto ao tratamento na LGPD e na discussão interna para melhorar o processo de migração. Nosso objetivo não é atrapalhar esse processo. A distribuidora continua a fornecer o serviço que interessa a ela, que é a gestão do fio. Na questão dos dados, percebemos que o debate é um pouco mais complexo, e a melhor forma de trazer isso seria no ambiente da regulação.

Rodrigo Ferreira: casos foram relatados e Abraceel trabalha para equacioná-los

Casos de abuso de poder de mercado foram relatados no Fa-leAqui! e estão sendo registrados na Aneel, o que evidência o

problema. A Abraceel tem trabalhado de forma cooperativa para que eles não existam. Não é porque são três ou quatro, é porque deveria ser zero. E os relatos são de que não são poucos, mas há dificuldades para se obter a denúncia. A Abraceel continuará trabalhando junto às autoridades e Abradee para assegurar o desenvolvimento equilibrado do mercado.

Problemas na migração: Superintendências da Aneel buscam simplificação e padronização e apontam possibilidade de denúncia anônima

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel explicou para Superintendências da Agência em quais pontos a regulação precisa ser aperfeiçoada e em quais situações as normas existentes já são suficientes; restando esforços de comunicação;

- Abraceel informou à Aneel que lhe enviará o estudo, que antes passará por etapa para receber contribuições do Grupo Técnico;

- Mapeamento indicando oportunidade de alterações para preencher lacunas regulatórias de forma a aprimorar o processo de migração é uma das ações previstas pela Abraceel no âmbito do FaleAqui!.

No dia 25.10, a Abraceel se reuniu com as Superintendências de Regulação dos Serviços de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica (STD) e de Regulação dos Serviços de Geração e do Mercado de Energia Elétrica (SGM) da Aneel para discutir desdobramentos dos problemas relatados no FaleAqui!, canal de comunicação da Associação que recebeu casos concretos de dificuldades dos consumidores na migração para o mercado livre de energia.



Danyelle Bemfica, Assessora de Energia da Abraceel, apresentou estudo realizado pela Associação que mapeia problemas cujas soluções já estão estabelecidas em regulação e problemas que demandam aprimoramento regulatório para serem endereçados.

Na primeira parte do estudo, que trata de aspectos já esclarecidos em normas regulatórias, foram destacadas dificuldades impostas pela falta de assinatura do CUSD - ou até a ausência desse contrato - e a falta de padronização dos processos das distribuidoras em relação às etapas de adequação do SMF. Sobre isso, a Aneel concordou que é importante haver padrão para os requisitos técnicos exigidos para o processo de migração – e que não deve haver exigências específicas em normativos internos de distribuidoras, de forma que a norma regulatória traga os requisitos suficientes para o consumidor obedecer quando decidir migrar.

A Agência enfatizou que, sem a assinatura ou existência do CUSD, em teoria, não existe qualquer relação contratual entre o consumidor e a distribuidora – e isso, em consequência, poderia até acelerar o processo de migração. Sobre a adequação do SMF, a Aneel comentou que a medição já vem sendo feita de maneira eficiente há anos e que exigências adicionais não podem ser um fator impeditivo para a migração.

A gestão apropriada dos dados de consumo foi outro aspecto abordado na reunião da Abraceel com as superintendências da Aneel. Para inibir práticas que prejudicam a competição isonômica, como o compartilhamento indevido de dados de consumidores entre empresas do mesmo grupo econômico e a migração facilitada caso ocorra entre distribuidora e comercializadora do mesmo grupo econômico, a Aneel informou ser necessário criar mecanismos para monitorar tais casos, com atenção para aqueles em que o consumidor conseguir migrar em menos de seis meses, pois isso pode indicar que uma distribuidora ofereceu condições não isonômicas entre consumidores. Até que tais mecanismos estejam disponíveis, a Aneel considera fundamental que as empresas associadas da Abraceel sejam estimuladas a denunciar tais ocorrências, inclusive com evidências que as comprovem.

Denúncia anônima é possível e pode ser feita pelo próprio comercializador

A Aneel confirmou que já é possível que as denúncias sejam registradas de forma anônima, e que o próprio comercializador poderia fazê-las. A opção está disponível no aplicativo e site da Aneel e, caso feita pelo telefone (167), basta solicitar o anonimato.

Além disso, a Agência afirmou já ter criado, na plataforma da Ouvidoria interna, tipologias específicas para casos de dificuldades na migração ao mercado livre, e que irá elaborar um documento específico sobre isso.

Ademais, para casos envolvendo abuso de poder de mercado e compartilhamento indevido de informações dos consumidores, a Aneel envolverá outros órgãos para buscar a solução desses problemas, em especial o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Esses casos também receberão encaminhamento junto à Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica. A Abraceel sugeriu que a Aneel, adicionalmente, formalizasse, em normativo, que tais práticas são proibidas.

Além de problemas já previstos em normas, estudo também mapeou lacunas regulatórias

Em seguida, Danyelle Bemfica apresentou a segunda parte do estudo da Abraceel, que lista temas que poderiam ser regulamentados pela agência reguladora, a fim de reduzir entraves em processos de migração. Um exemplo é a regulamentação do conceito de open energy. Rodrigo Ferreira explicou que a Abraceel propôs, na CP 28/2023, que haja previsão para que os dados dos consumidores potencialmente livres, mas ainda cativos, estejam também disponíveis no sistema a ser criado para que a CCEE atue como gestora das informações relacionadas à migração de consumidores varejistas.

A Aneel foi informada que receberá o estudo realizado pela Abraceel que lista, com base nos problemas detectados no processo de migração, o que já está regulamentado e o que requer regulamentação. Antes disso, o documento será enviado para receber contribuições do Grupo Técnico, o que ocorrerá em breve.

Sobre questões que ainda necessitam de regulamentação, a Aneel indicou a possibilidade de abrir uma segunda fase da CP 28/2023 para endereçar, em normativo, questões relacionadas a problemas de migração.

A apresentação realizada na reunião pode ser lida na área restrita do [site](#) da Abraceel, aba de “Apresentações exclusivas”.

CEE detalha projetos de tecnologia previstos na proposta orçamentária de 2024

Matéria em 1 minuto:

- Encontro foi organizado para explicar as iniciativas de transformação tecnológica e digital da Câmara que envolvem segurança cibernética, modernização do datacenter, melhoria na performance dos sistemas e tecnologia digital e inovação;
- A visão é que as interações para disponibilizar operações e informações necessárias para o pleno funcionamento do mercado sejam feitas principalmente via API;
- CCEE pediu que especialistas em tecnologia disseminem as explicações internamente nas empresas com vistas à aprovação do orçamento proposto para 2024, cuja AGE para deliberação será no dia 13.11.



No dia 25.10, a CCEE realizou reunião com os agentes, com foco nos especialistas em tecnologia das empresas de energia, para oferecer detalhes a respeito dos projetos de transformação tecnológica e digital previstos na proposta orçamentária da Câmara para 2024, que prevê incremento significativo dos investimentos nessa área.

Alexandre Peixoto: investimentos para atender abertura e monitoramento do mercado

O encontro foi aberto pelo Presidente do Conselho de Administração da CCEE, Alexandre Peixoto, que destacou a importância

do plano de investimentos em tecnologia para que a CCEE possa avançar nas suas ações, em linha com o objetivo de se tornar uma referência mundial em operação de mercados, bem como suportar os desafios que surgem a partir de 2024, marcado principalmente por iniciativas de abertura e segurança do mercado.

Em seguida, o conselheiro da CCEE, Marco Delgado, responsável pela parte de tecnologia, ofereceu uma visão geral sobre os tópicos previstos na proposta orçamentaria de 2024: (i) segurança cibernética, (ii) modernização do data center, (iii) melhoria da performance dos sistemas e (iv) transformação digital e inovação. Explicou ainda que o encontro seria útil para compreender o horizonte mais amplo para a execução das transformações propostas.



Segurança cibernética: maior capacidade de processamento e proteção

Edson Lugli destacou que a CCEE enfrenta 8 milhões de ataques por mês, que são repelidos por quatro camadas de proteção. O tempo para recuperar os principais sistemas operacionais foi reduzido de 30 dias em 2022 para oito horas em 2023.

Os investimentos nessa área estão destinados principalmente à ampliação da capacidade computacional. O foco está na troca dos equipamentos, que já funcionam há mais de cinco anos, além do fato de a capacidade de uso se aproximar de 100%. Além disso, Lugli destacou que há necessidade de investimentos em sistema de armazenamento do banco de dados, que serão cada vez mais requisitados com os novos serviços relacionados à abertura de mercado.

Performance e estabilidade e desenvolvimento de sistemas

Marcelo Molina, Gerente Executivo de Arquitetura, Desenvolvimento e Operações da CCEE, destacou que a Câmara cuida atualmente de mais de 500 linhas de códigos e possui cerca de 141 mil acrônimos no seu motor de cálculo, número que vem sendo ampliado significativamente nos últimos anos.

Segundo ele, existem atualmente 500 demandas tecnológicas a serem desenvolvidas (backlog). O investimento previsto na proposta de orçamento para 2024 visa justamente acelerar essas realizações, de forma a garantir mais agilidade, entregas mais rápidas e redução dos erros. Em geral, a CCEE entrega 200 demandas por ano e o investimento visa ampliar essa quantidade.

Como meta, a CCEE espera ampliar a satisfação de clientes com o tempo de resposta dos aplicativos, atualmente em 0,70, conforme metodologia Apdex. Para 2024, espera-se chegar a 0,80, e em 2025, 0,85. O Apdex (Application Performance Index) é uma metodologia que tem o objetivo de medir a satisfação do usuário quanto ao desempenho de um aplicativo ou sistema, geralmente avaliando o tempo de resposta. Quanto mais próximo de 1, melhor é o funcionamento.

Transformação digital e inovação: foco cada vez maior, segundo a CCEE

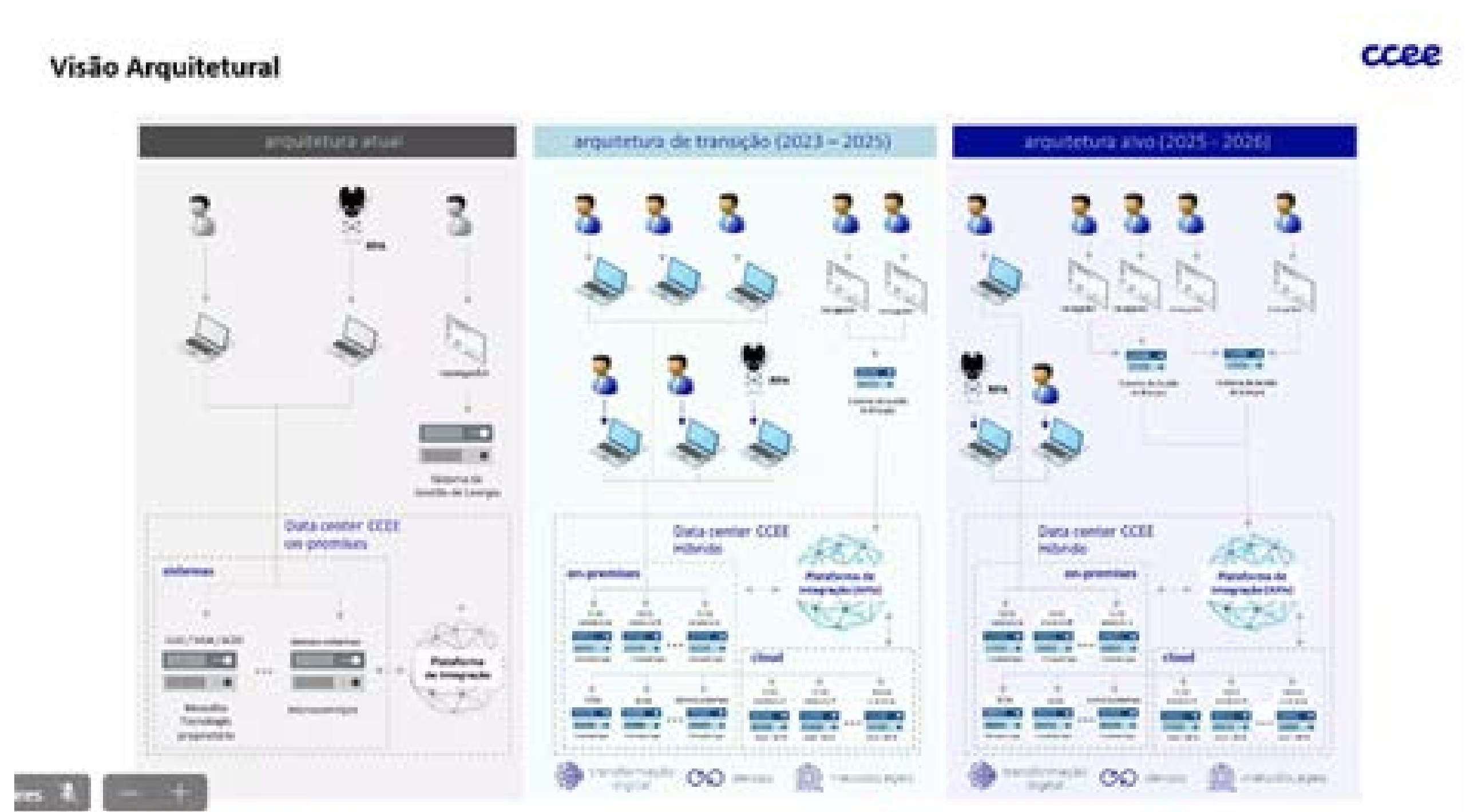
Marcelo Molina seguiu com a apresentação e destacou que a CCEE tem focado cada vez mais em transformação digital e inovação, repensando processos para simplificar e inovar, em benefício do mercado de energia. Assim, destacou os montantes previstos em cada item do orçamento 2024:



Visão futura: maior parte das operações e informações disponíveis via API

Marcelo Molina também apresentou a visão de futuro da CCEE, cuja estratégia é tornar a interação via APIs o principal canal de disponibilização de operações e informações necessárias para o pleno funcionamento do mercado. Para atingir esse patamar, segundo ele, será preciso aprimorar a arquitetura das aplicações, para que sejam mais flexíveis e escaláveis. Exemplificou que nem todas as aplicações estão preparadas para serem migradas para a nuvem, o que exige aperfeiçoamentos.

Em seguida, explicou as evoluções previstas na arquitetura da CCEE, que está em processo de transição para se transformar em um sistema híbrido, com aplicações on-premises e nuvem, e divisão de grandes sistemas, como o CliqCCEE, em sistemas menores, de forma a assegurar maior agilidade. Também buscam trazer novas aplicações para o sistema de nuvem e ampliar as soluções oferecidas pela Plataforma de Integração.



Com essa transformação, a CCEE espera melhorar a satisfação dos agentes de mercado, com sistemas melhores e mais rápidos, reduzindo os custos de operação e manutenção, com a troca, por exemplo, de plataformas proprietárias para plataformas open source, além de aumentar a produtividade. São esperados R\$ 3 milhões em economia com a melhora dos serviços.

Cronograma: execução de projetos de tecnologia até o fim de 2026

Em seguida, Marcelo Molina destacou o cronograma geral de implementação:

Macro Cronograma de Implementação

CCEE



Perguntas

Foram realizadas poucas perguntas por parte dos presentes. Questionados sobre quais são os parceiros escolhidos para essa trilha de transformação tecnológica e digital, a CCEE respondeu que os esforços serão feitos principalmente com a equipe interna.

Também foi questionada a recente limitação de perfis anunciada pela Câmara. Segundo Molina, a limitação foi necessária para otimizar e democratizar o acesso aos agentes, mas que, com a evolução da arquitetura e da disponibilidade de sistema, a ideia é que haja maior flexibilidade para os agentes.

Aprovação do orçamento

Na parte final do encontro, Marco Delgado destacou que o foco das iniciativas está na ampliação da eficiência e otimização de custos, sem prescindir da segurança nas operações. A motivação do encontro, segundo ele, sugerida pela própria Abraceel, foi justificar as propostas de tecnologia inseridas na proposta orçamentária de 2024, que contemplam uma visão de transformação tecnológica e digital para os próximos anos.

Marco Delgado pediu para que os especialistas em tecnologia disseminem as explicações para os representantes de suas empresas, com vistas à aprovação da proposta de orçamento da CCEE para 2024, que será objeto de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária do dia 13.11, em formato híbrido, no Hotel Meliá Paulista, em São Paulo, com primeira chamada às 13h e segunda às 14h.

Fim da Cpamp: Grupo Técnico discute proposta de nova governança institucional dos modelos computacionais

Matéria em 1 minuto:

- Recomendação é extinguir a Cpamp e instituir governança específica pela Aneel, com possibilidade de reestruturação do CT PMO/PLD para assegurar participação maior dos agentes;
- Associadas da Abraceel discutiram proposta de o CMSE deliberar a aversão ao risco nos modelos, com necessidade de clareza para estabelecer os parâmetros;
- Foi destacada a importância de que o CMSE seja mais aberto para participação dos agentes, inclusive na tomada de decisões.

No dia 25.10, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a Consulta Pública 157/2023 do MME, que trata de proposta para reestruturar a governança institucional das metodologias e dos programas computacionais do setor elétrico. Cerca de cem profissionais das empresas associadas participaram do encontro.



Danyelle Bemfica, Assessora de Energia da Abraceel, apresentou as principais mudanças propostas no âmbito dessa consulta pública. Entre elas, destaque para a recomendação de extinção da Cpamp e a junção das atividades de planejamento da expansão, definição e cálculo da garantia física.

Além disso, é proposta a instituição, organização e supervisão de um comitê de governança específica pela Aneel, com possibilidade de adaptação do CT PMO/PLD para esse fim, de forma

a ampliar a participação dos agentes. A coordenação técnica da nova entidade poderia ficar a cargo da CCEE e do ONS. Sobre isso, as associadas presentes na reunião criticaram a falta de datas previstas para a criação e regulamentação dessa entidade.

Em relação aos prazos para deliberação e vigência de alterações metodológicas, esses quesitos foram mantidos na proposta de alteração da governança. Porém, na proposta, a palavra “aprovação” foi trocada por “decisão”, para acontecer até o dia 31.07, quando se refere aos aprimoramentos propostos em cada ciclo de trabalho. Isso pode significar que eles, no momento da tomada de decisão, poderão ou não ser aprovados.

As associadas presentes na reunião demonstraram contrariedade à alteração, defendendo que a aprovação aconteça até julho do ano corrente. Caso contrário, isso deixaria a data de 31.07 praticamente inócua, ferindo o princípio de previsibilidade e antecedência e, além disso, podendo atrasar ainda mais o processo de aprovação de aprimoramentos metodológicos dos modelos. As associadas ainda comentaram que a metodologia e os aprimoramentos em si devem estar bem definidos para que a aprovação possa ocorrer de maneira concomitante, evitando o que aconteceu em 2023, quando não houve o devido aprofundamento da metodologia para subsidiar os aprimoramentos propostos – que, por essa razão, tiveram de ser postergados.

Outro fator importante discutido foi como promover a convergência das decisões tomadas pelos vários comitês envolvidos na nova governança institucional em questão, pois é necessário que haja clareza nas discussões, para assegurar celeridade na tomada de decisão.

Também surgiu entre os presentes preocupação quanto ao cálculo do preço e à atuação da EPE nesse meio. Além disso, foi mencionada a dificuldade para reproduzir o cálculo de alguns parâmetros da formação de preço, evidenciando a necessidade de maior transparência nas atividades executadas pela empresa. Para resolver essa dificuldade, foi sugerido que a revisão dos modelos incluídos no planejamento da operação passe por consulta pública, com definição clara de quais modelos vão entrar nesse quesito e quais são as metodologias postas em revisão.

Quanto à atuação do CMSE, as associadas mencionaram que esse Comitê deve visitar a metodologia de cálculo de aversão ao risco para que qualquer aprimoramento proposto futuramente mantenha o nível de aversão ao risco atual e, caso não se mantenha, haja um caminho claro para esse parâmetro ser reestabelecido.

Os presentes também enalteceram a importância de o CMSE ter maior contato com os agentes ou então que as decisões realizadas nesse âmbito sejam feitas com os agentes, uma vez que as reuniões do Comitê têm caráter apenas informativo. Um exemplo é o cálculo de garantia física, que não conta com a participação dos agentes, mas impacta o mercado como um todo.

Finalizando a reunião, Danyelle Bemfica mostrou que consta na proposta a avaliação de alternativas de modelos de formação de preço, observando a transparência, previsibilidade e sustentabilidade das soluções. Além disso, a gestão dos dados de entrada desses modelos será regulada e fiscalizada pela Aneel. As associadas se mostraram favoráveis às duas propostas.

A Abraceel vai considerar os pontos debatidos na elaboração da minuta de contribuição da Associação, que será enviada em breve às associadas. O prazo de envio de contribuições ao MME termina em 03.11. A apresentação realizada na reunião pode ser lida na área restrita do [site](#) da Abraceel, aba de “Apresentações exclusivas”.



ABRACEEL NA MÍDIA



Abraceel envia propostas para aperfeiçoar comercialização varejista

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)



Agentes discutem remuneração e regras da medição na regulamentação do comercializador varejista

Fonte: Mega What

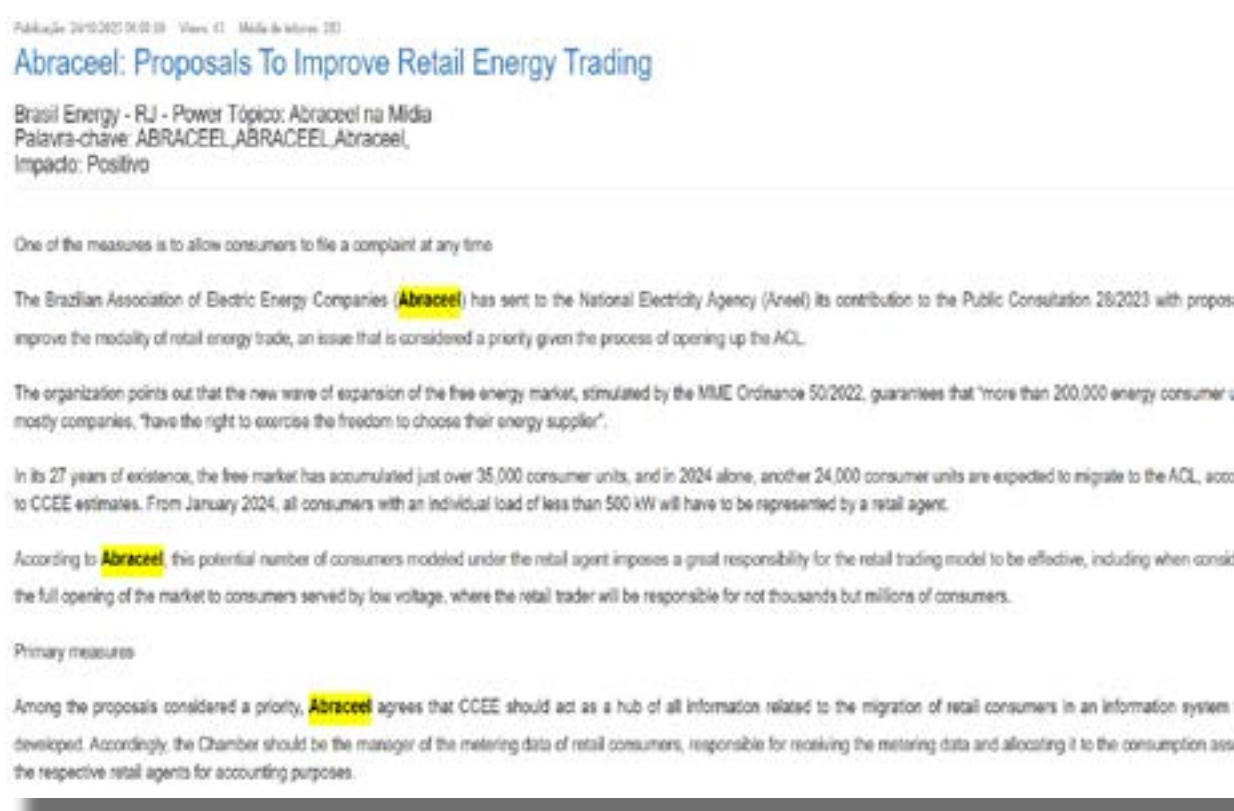
[Acesse aqui](#)



Mercado livre de energia: como funciona e o que muda em 2024

Fonte: Economia Uol

[Acesse aqui](#)



Abraceel: Proposals To Improve Retail Energy Trading

Fonte: Brasil Energy

[Acesse aqui](#)

CURTAS

Proposta de Agenda Regulatória da Aneel abrange bandeiras da Abraceel

No dia 24.10, a Diretoria da Aneel aprovou a abertura de audiência pública para discutir a proposta de Agenda Regulatória da Agência para o biênio 2024-2025, que inclui 39 atividades regulatórias. A audiência será realizada de forma virtual no dia 01.11, às 10h. Na oportunidade, poderão ser apresentadas contribuições por meio de manifestação oral. Abaixo, estão destacadas as atividades mais relevantes para o mercado livre de energia, de acordo com as bandeiras da Abraceel, juntamente com o ano previsto para edição da norma.

Temas estratégicos

- Comercialização varejista (2024)
- Garantias financeiras do MCP (2024)
- Governança do PLD: revisão da REN 843/2019 (2024)
- Atualização da metodologia do limite máximo do PLD (2024)
- Aprimoramento dos procedimentos decisórios do ONS (2024)
- Estabelecimento de critérios para reconhecimento, pela Aneel, das instituições de pesquisa para fins de recebimento de recursos do programa de P&D regulado (2024)
- Impacto da abertura de mercado nos serviços de distribuição (2025)
- Estabelecimento da regulação do monitoramento do mercado (2025)
- Aprimoramento do monitoramento definitivo após período sombra (2025)
- Avaliação dos sistemas de medição para transição energética e modernização no segmento de distribuição (2026)

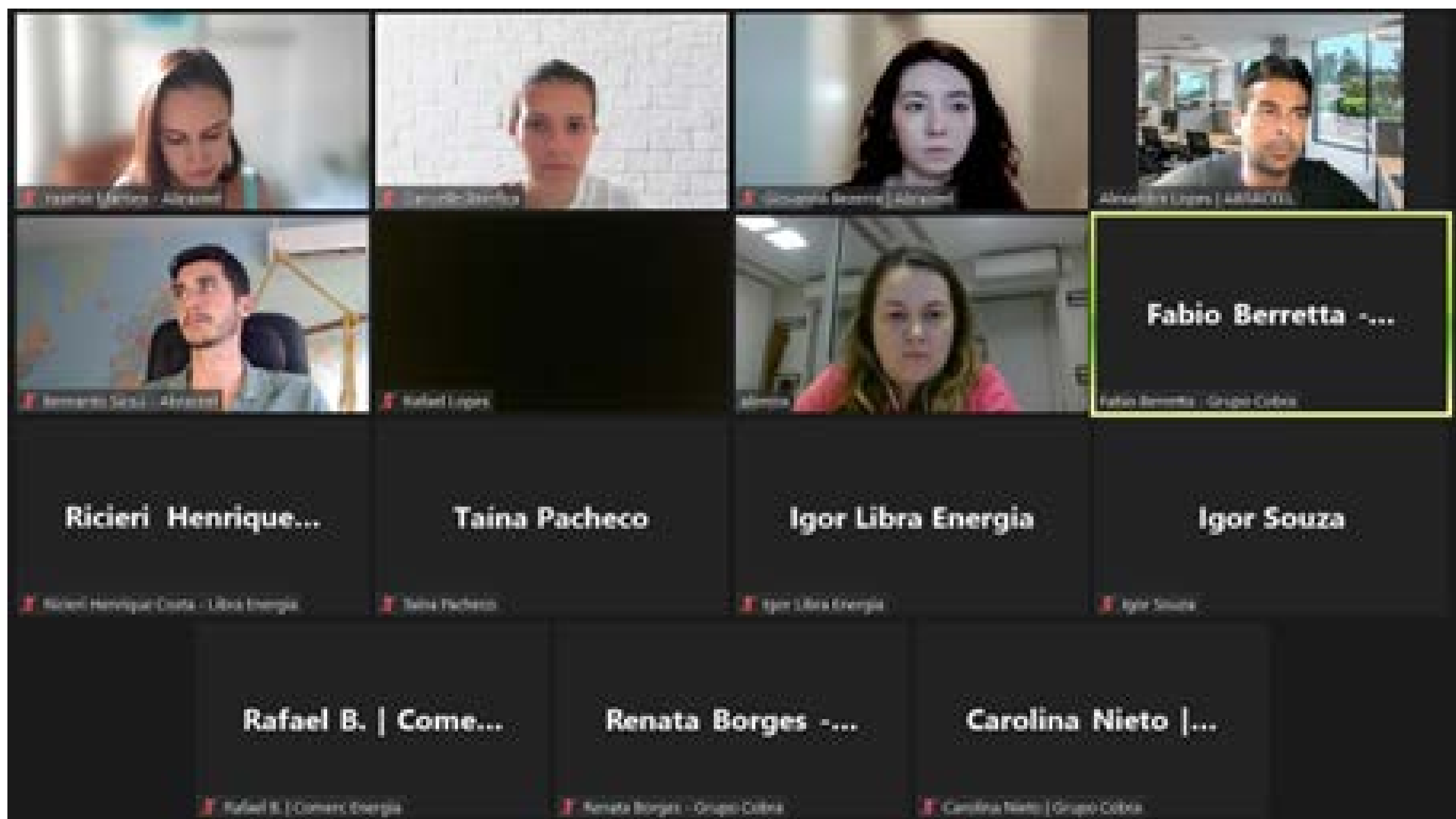
Demais atividades regulatórias

- Aprimorar o processo de calibração e inspeção em clientes livres
- Regulamentação do Decreto 11.314/2022 (fim das concessões)
- Aprimoramento das Regras de Comercialização (estudo)
- Avaliação das metodologias de cálculo do PLD mínimo e de definição da TEO

P&D mostra que MRE é desafio para preço por oferta, mas há solução mapeada

Complementando as informações sobre o primeiro workshop do projeto Meta II sobre formação de preços, realizado no dia 18.10 em São Paulo, foi explicado que a implementação do modelo de formação de preços por oferta no Brasil, com hidrelétricas em longas cascatas e com riscos hidrológicos compartilhados pelo MRE, requer atenção, porém a literatura indica alternativas. No P&D realizado pela Engie e PSR, por exemplo, é proposta a implementação do mecanismo de reservatórios virtuais, o que, segundo o informado, tornaria a formação de preço por oferta totalmente compatível com o MRE. Para mais detalhes, clique [aqui](#).

Monitoramento prudencial: associadas apresentam dúvidas sobre “período sombra”



No dia 24.10, a Abraceel se reuniu com as associadas Libra, Cobra e Comerc para analisar apontamentos dessas empresas sobre o início do “período sombra” do monitoramento prudencial. Na ocasião, foram abordados os receios referentes ao funcionamento da plataforma da CCEE, o período considerado curto para que as empresas pudessem se preparar, além de dúvidas que não foram sanadas nas reuniões realizadas pela CCEE com os agentes. As associadas irão endereçar os pontos para a Abraceel, de forma a permitir que sejam tratados com a Câmara, buscando assim aperfeiçoar o processo de monitoramento.

Em reunião com Gesel, Abraceel apresenta visão sobre problemas no setor elétrico



No dia 24.10, a Abraceel se reuniu com representantes do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, para discutir os principais problemas do setor. Na ocasião, o Gesel explicou que firmou acordo de cooperação acadêmica com a Casa Civil do Governo Federal e que, em novembro, apresentará um documento que sumará, no entender do Gesel, os principais entraves do setor elétrico. Com essa finalidade, o Gesel pediu à Abraceel que contribuísse e apresentasse sua visão. Rodrigo Ferreira e o time Abraceel falaram sobre assuntos como restrições para acesso ao mercado livre de energia, subsídios crescentes no setor, contratações compulsórias, reservas de mercado, entre outros, e defenderam a regulamentação do conceito de open energy no mercado de energia elétrica. No encontro, houve ainda a oportunidade para a Abraceel opinar sobre as razões que fazem com que o preço da energia elétrica seja mais caro no mercado regulado em comparação ao ambiente livre.

Após consolidação, CCEE envia ao MME contribuições para proposta de governança

Em carta, CCEE enviou ao Fase a consolidação das contribuições recebidas para a proposta de aprimoramento da governança corporativa da Câmara, bem como comentários a respeito das sugestões, informando também que o conteúdo já fora encaminhado ao Ministério de Minas e Energia (MME). Ao total foram contribuições de 14 instituições, no período de 04.08 a 31.08. O documento está disponível na área restrita do [site](#) da Abraceel.

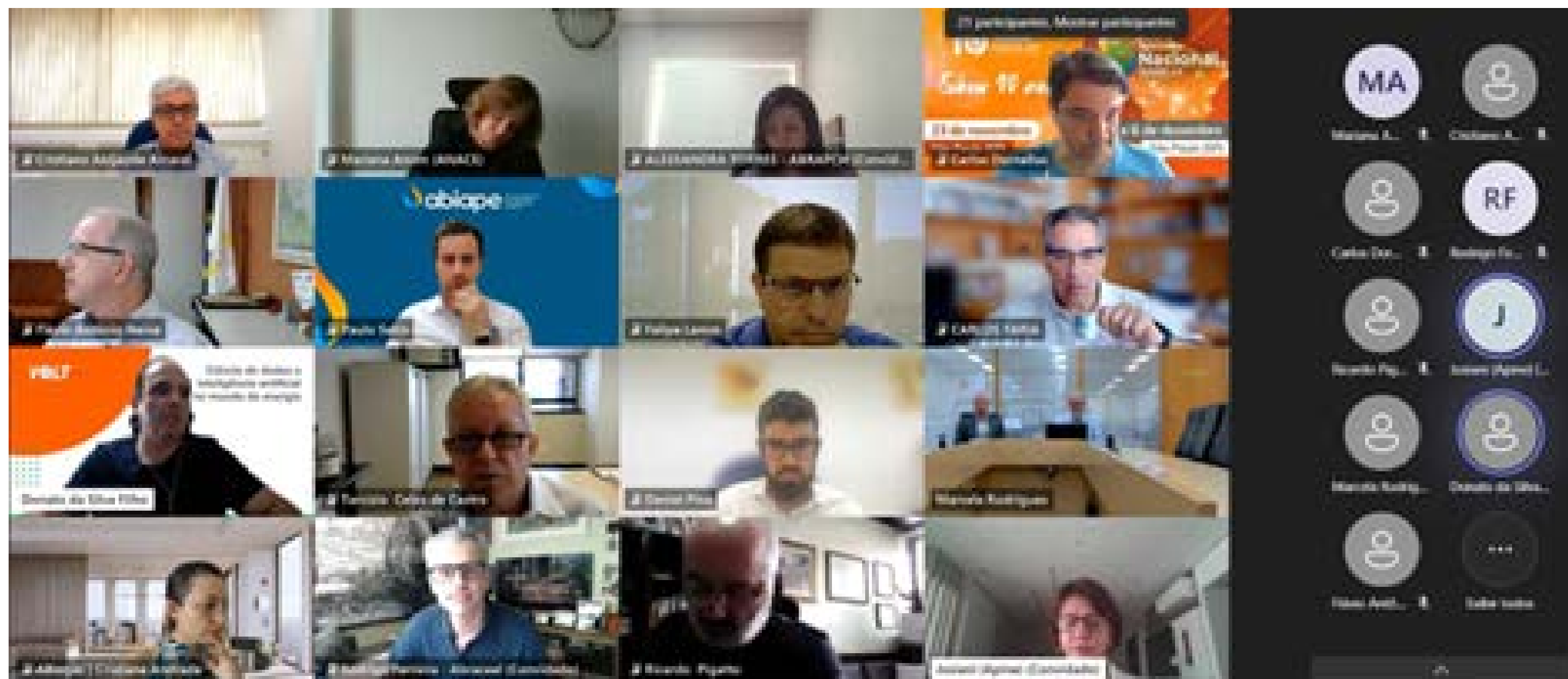
Abraceel debate open energy com Singular Energia

A Abraceel participou de reunião com Eduardo Azevedo, CEO da Singular Energia, para discutir a oportunidade de desenvolver ações para regulamentar o conceito de open energy no mercado elétrico brasileiro. A proposta da consultoria é conduzir um projeto de sandbox tarifário, a ser apresentado para a Aneel, com apoio de empresas do setor elétrico.

Abraceel e Engie discutem subsídios da MMGD

No dia 24.10, a equipe da Abraceel reuniu-se com a associada Engie, que apresentou simulações dos impactos dos subsídios concedidos para a MMGD e possíveis medidas para mitigar tais efeitos.

Fase avalia agenda legislativa e propostas para reequilíbrio do setor elétrico



O Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) realizou reunião no dia 24.10 para debater medidas para a sustentabilidade do setor elétrico e reforma tributária, entre outros assuntos da agenda setorial. Na primeira sessão, Donato Filho, da Volt Robotics, apresentou versão preliminar de trabalho, realizado com 20 associações, apontando medidas para promover o equilíbrio e aproveitar as oportunidades existentes – documento denominado Agenda Fase 2.0. O documento contempla cinco grandes temas, sendo eles 1) aprimorar a governança setorial, 2) reduzir encargos e subsídios, 3) modernizar o mercado de energia, 4) acelerar a abertura do mercado e 5) promover atração de investimentos. As associações participantes vão analisar e, caso pertinente, fazer contribuições. Na sessão seguinte, Marcelo Moraes,

presidente do Fmase, analisou o cenário político considerando os acontecimentos globais, as relações entre Poder Executivo e Congresso Nacional, agenda do Ministério de Minas e Energia, e o andamento dos projetos setoriais, que incluem o mercado de carbono, hidrogênio verde, eólica offshore, debêntures, projeto de reestruturação do marco legal do setor elétrico, renovação das concessões e reforma tributária. Na sequência, Mariana Amim, diretora da Anace, atualizou os participantes sobre a tramitação da reforma tributária, que conta com 30 emendas de interesse do setor elétrico. O Fase também aprovou o ingresso da Abrademp (Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica de Menor Porte) e da Associação de Hidrogênio e Amônia Verdes (ABHAV) no colegiado e a elaboração de posicionamento para os temas de eólica offshore, hidrogênio verde e mercado de carbono. A apresentação realizada está disponível na área restrita do [site](#) da Abraceel.

AICE promove reuniões dos comitês e define ações

No dia 24.10, a Abraceel participou das reuniões de instalação dos comitês de Regulação, Relações Institucionais e Comunicação e Marketing da Associação Ibero-Americana de Comercializadores de Energia (AICE). Foram definidos calendários de reuniões dos comitês, seus processos e atividades.



Após longas discussões, o senador Eduardo Braga apresentou o relatório da reforma tributária, excluindo o setor elétrico do Imposto Seletivo. O relatório deve ser deliberado no início de novembro. Sobre hidrogênio, a quantidade expressiva de contribuições fez com que o relator Bacelar apresentasse novo texto, que deve ser deliberado na próxima semana. A Comissão de Infraestrutura do Senado também aprovou o PDL 365, que susta resolução da Aneel sobre sinal locacional. O setor aguarda a agenda verde do presidente Arthur Lira, que pode fazer avançar em novembro pautas do setor energético como hidrogênio, mercado de carbono, combustível do futuro e eólica offshore.

Reforma Tributária – o senador Eduardo Braga (MDB-AM) apresentou seu relatório para a PEC 45, que trata da reforma tributária, determinando que o imposto seletivo não impactará o setor de energia elétrica, que será regulado posteriormente por lei complementar.

A Abraceel atuou na tramitação da matéria, participando de reuniões com senadores e respectivas assessorias, defendendo a essencialidade da energia elétrica e a importância de o setor não ser impactado pelo imposto seletivo. A Associação também atuou via Fase, sugerindo pleitos para que o Fórum os defendesse para os senadores.

A leitura do parecer aconteceu no dia 25.10 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e foi concedida vista coletiva. Destaque para a possibilidade de apresentação de emendas até o fim da discussão. No início de novembro, dia 07.11, a CCJ deve se reunir para discutir e votar o relatório, para que, em seguida, ocorra a votação em Plenário.

Confira outros pontos tratados no [relatório](#).

Hidrogênio – com previsão para deliberar o relatório no dia 25.10, a Comissão de Transição Energética e Hidrogênio Verde adiou a decisão para a semana seguinte em virtude da quantidade de contribuições recebidas. Confira o [novo texto](#).

O colegiado também disponibilizou as [contribuições recebidas](#).

PDL 365 – a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou o PDL 365 de 2022, de autoria do deputado Danilo Forte (União-CE), que susta resoluções da Aneel referentes ao cálculo das tarifas reguladas de transmissão. Apesar da articulação do setor de energia para que a matéria não fosse aprovada, o PDL recebeu doze votos favoráveis, avançando na sua tramitação. A matéria segue agora para análise da CCJ.

PRÓXIMA SEMANA

30.10 - Segunda-feira: Abraceel se reúne com a Superintendente de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado da Aneel, Maria Luiza Caldwell, para discutir demandas da Associação e ações de cooperação com a SFF, às 15h;

Abraceel se reúne com Abrace para tratar do modelo regulatório do mercado livre de gás, às 16h;

Abraceel se reúne com DalethAC para discutir aspectos referentes à emissão de fatura única para consumidores livres, às 16h30.

31.10 - Terça-feira: Abraceel participa das reuniões públicas do Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar do MME, das 9h às 18h;

Abraceel se reúne com Thiago Sombra, do escritório Mattos Filho, para discutir aspectos do conceito de open insurance, às 11h;

Abraceel participa de reunião ordinária da Associação Ibero-americana de Comercialização de Energia (AICE), às 12h;

Abraceel se reúne com a Anace para discutir demandas da associação dos consumidores com a abertura do mercado para o Grupo A, às 15h;

Abraceel se reúne com o Senai-SP para discutir oportunidades com a abertura do mercado para o Grupo A, às 16h.

01.11 - Quarta-feira: Abraceel participa de Audiência Pública 20/2023 da Aneel sobre a Agenda Regulatória 24-25 da Agência, às 10h;

Reunião do Grupo Técnico da Abraceel sobre proposta de orçamento da CCEE 2024 com foco nos projetos de tecnologia, às 11h;

Abraceel se reúne com Rogério Melfi, da empresa Tecban, para discutir o funcionamento do open insurance e similaridades com o open energy, às 14h30.